

O abismo económico e financeiro

Um dia Péricles estava de semblante carregado.

— «Que tens?» — perguntou-lhe o sobrinho.

— «Não sei como hei de apresentar contas ao Povo» — respondeu-lhe o *Olimpico*.

— «Preocupa-te só com a maneira de lhas não prestar» — acudiu prontamente o homem da nova geração.

Os nossos governantes subiram muitos furos acima de Péricles e de Alcibiades. Não têm cuidados, em nenhum dos dois sentidos. Quão ridículo se acharia o ministro português que até pensasse na forma de ocultar ao Povo as cifras do Tesouro e da Economia Nacional!

Não temos realmente orçamento desde 1916 e contas públicas e estatísticas do comércio externo desde 1919. São provisórias, limitadas e atrasadíssimas as da produção agrícola. A nota da dívida flutuante veio apenas até Junho de 1920. Assim se causa o desespero dos que estudam. Ao menos são poucos.

Vamos, porém, às realidades que somente os cegos não podem ver. Sobre o que há publicado oficialmente o cálculo prudente levanta o resto.

A nossa dívida pública nominal em circulação era de 648.000 contos em Julho de 1914. Em fins de Dezembro de 1921 podemos orçá-la entre 1.700.000 e 1.800.000 contos. Tanto vale como dizer que desde o começo da guerra até agora o Estado gastou cerca de 1.100.000 contos por empréstimos e créditos, além de todas as suas restantes receitas.

Em princípio, todo esse quantitativo é de ouro. Só o não seria quando se declarasse a falência pela diminuição do valor legal da nota. Mas uma boa parte daquela dívida tem de ser mesmo paga naquela moeda. Anda isso por 250.000 contos, cerca de 85.000 dos quais estão compreendidos no aumento de 1.100.000 contos que houve desde 1914.

Duas circunstâncias tornam imensamente grave a situação denunciada por aquêlê *déficit* acumulado de mais de um milhão de contos durante menos de oito gerências. De um lado é o ter sido isso por despesas ruinosas e nada por fomentos e reconstruções. De outro, é o ir crescendo aos saltos o *déficit* anual, mesmo depois da guerra. Ele foi de pouco mais de 100.000 contos, já esmagadores, em 1919. Pulou talvez para 250.000 contos em 1920. Não terá sido realmente inferior a 350.000 contos

em 1921. A tendência iniludível é para ser muito maior em 1922, com as presentes engrenagens, dêem que voltas derem aos impostos.

As nossas despesas públicas totais, incluídas, portanto, as dos serviços autónomos, eram de cerca de 65.000 contos em 1913-14. No começo de 1921 foram orçadas em 565.000 contos para o actual ano económico. Eram já mais 287.000 contos sobre os 278.000 previstos para 1920-21. Em doze meses excederam o dôbro nos cálculos. A realidade vai ser pior, por causa dos maiores ágios cambiais e dos aumentos de ordenados e salários que estão no horizonte. No fim o total irá a 650.000 contos, ou mais ainda!

As receitas globais do Estado eram de 68.000 contos em 1913-14. Apenas chegaram a 118.000 contos em 1920-21 e a 213.000 contos em 1921-22. Em todos os casos excluimos as de empréstimos e créditos, os juros de títulos de dívida pública na posse da fazenda e outras verbas que no orçamento só figuram por jogos de contabilidade.

As despesas cresceram 8,5 vezes desde 1914, conforme o orçamento proposto, e mais ainda na realidade. As receitas andaram até pouco mais do triplo. Se as primeiras foram ruinosíssimas na sua marcha, as segundas também o foram, em certo sentido. O Estado não recebeu muitas centenas de milhares de contos que deviam ter entrado nos seus cofres por uma tributação justa.

Nos impostos directos é que está o encargo especial das classes que têm maior capital, fortuna ou rendimento. Mas, desde 1914-15 até 1921-22 inclusive, o Estado haverá cobrado apenas 42.000 contos pela contribuição industrial e 64.000 contos pela predial rústica e urbana, e portanto 106.000 contos pelas duas. Não é menos ridículo do que trágico.

No mesmo período há numerosas sociedades industriais e comerciais que, uma por uma, tiveram lucros líquidos totais superiores aos 42.000 contos e mesmo aos 64.000. Há pelo menos três ou quatro que os tiveram, cada uma por si, a mais de 100.000 contos. Uma ganhou mais de 150.000 contos no território nacional. A anomalia que isto representa em face do tesouro público tem exigências terríveis!

Desde 1914 o Estado perdeu mais de um milhão de contos? Pois muitos elementos sociais tiveram,

no seu conjunto, lucros efectivos superiores a isso no mesmo lapso de tempo! Eles absorveram com preços e ágios de espoliação uma grande parte daquilo que o Estado gastou, uma porção notável da fortuna antiga dos restantes cidadãos e ainda somas importantes que a posteridade destes há de pagar. Quasi todos os males que enlouqueceram esta nação lançada para o abismo fêem aí a sua causa tremenda.

A catástrofe económica é ainda maior do que a financeira, se é que podemos separar esta daquela, ou deixar de incluir parte da primeira na segunda. Ela tem uma expressão trágica nas relações da circulação fiduciária com a reserva metálica e a dívida do Estado ao Banco emissor, na crise cambial, na carestia pavorosa da vida e na decadência da população, onde tudo o mais vem bater por fim.

A circulação de notas passou de 83.000 contos em Julho de 1914 a 267.000 quando terminou a guerra. Depois galgou sucessivamente a 371.000, 611.000, e 696.000 contos no fim de 1919, de 1920 e de 1921. A progressão foi, portanto, crescendo ainda mais depois de haver acabado aquela calamidade. Se em 1921 o aumento foi menos do que em 1920, apesar de ter sido maior o *déficit*, deve-se o factoria que se recorreu a outras fontes de crédito. Serviram-se dos depósitos da Caixa Geral, da Caixa Económica Portuguesa e do Banco de Portugal e da venda de títulos internos de 3 % e de outros expedientes, sem haver disso contas publicadas.

A reserva de ouro apenas passava de 8.000 contos em 1914 a 9.700 em 1921. E ainda para isso temos de considerar como tal o depósito de Libras 250.000 que o Banco tem á ordem no de Inglaterra. Ela conservou-se, pois, essencialmente a mesma.

Verdade seja que a situação é um pouco modificada pela existência de um fundo de amortização e reserva que está em 12.380 contos, pelo depósito de 5.199 contos de obrigações da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses e pela carteira de títulos de 3.944 contos mais ou menos realizáveis no estrangeiro. Mas tudo isto é sempre um vale fundo dominado pela alta montanha das notas.

O débito do Tesouro ao Banco subiu de 47.000 contos em Julho de 1914 para 153.000 ao acabar a guerra. Depois voava para 215.000, 500.000 e 685.000 contos no fim de 1919, 1920 e 1921. A circulação foi assim absorvida progressivamente pelas finanças ruinosas do Estado.

A carteira comercial que, antes da guerra, embora limitada, excedia 20.000 contos, apenas chegava a 139.000 contos em fins de 1920, e baixava depois sempre, até andar por volta de 105.000

contos em Dezembro de 1921. Está aí um sinal bem saliente da nossa derrocada económica. Não se deve esquecer que as mercadorias têm valor médio superior dez vezes, pelo menos, ao de 1914.

A carteira do crédito agrícola no Banco veio sendo sempre insignificante. Ainda está sómente em 4.500 contos. Nada mais seria preciso para se conhecer que a nossa lavoura está no mais fundo do abismo nacional.

Em certa maneira poderíamos dizer que, para essas duas classes de operações de crédito económico, o Banco só foi buscar cerca de 44.500 contos á circulação fiduciária. O resto delas seria assim feito com 55.000 contos de depósitos passivos do mesmo estabelecimento. É outra expressão da crise e da anomalia, quando olhamos para a montanha do papel emitido.

A divisa de Londres descia de 45, em Julho de 1914, a 30 ao concluir-se a guerra, e depois a 21, a 6 e a 4,5 em Dezembro de 1919, de 1920 e de 1921. A libra cheque tem hoje, pois, um ágio de mais de 1.000 por cento, precipitando-se a derrocada cambial terrivelmente desde o fim de 1919, aos saltos mortais.

O mesmo succedeu por isso e por tudo o mais com o flagelo da carestia da vida. Os nossos números índices, partindo de 100 em Julho de 1914, foram subindo em igual mês de cada um dos anos seguintes a 111, 137, 162, 293, 317, 552, 824 e 952, devendo hoje estar em 1.300 ou 1.400. E não é mais do que isso por se comprar geralmente em menor quantidade e serem os artigos piores. Quem vive como em 1914 paga vinte e mais vezes o que pagava então.

A balança do nosso comércio externo acusava em 1913 o *déficit* de 54.000 contos. Este baixou a 42.000 em cada um dos anos de 1914 e 1915 pelos primeiros efeitos da guerra sobre as importações, com esgotamento dos *stocks* antigos de mercadorias estrangeiras. Mas foi depois subindo a 73.000, 82.000, 95.000 e 123.000 contos em 1916, 1917, 1918 e 1919. Foi até maior, porque uma grande parte do produto das exportações foi depositado lá fora pelos exportadores ou por quem no fim de tudo adquiriu as respectivas cambiais. As estatísticas mostrarão mais tarde resultados piores em 1920 e 1921, os mais criticos da economia nacional.

A produção da terra portuguesa baixava gravemente, em especial desde 1917. Como consequência necessária, crescia velozmente a importação de substâncias alimenticias estrangeiras. De 1914 a 1919 a de cereais e de farináceos, para só falarmos desta, foi de perto de um milhão de toneladas. Ela excedeu 2.200.000 toneladas desde 1908 a 1919, no valor declarado de 147.000 contos, que se repre-

sentariam por cerca de um milhão de contos da moeda actual. O nosso corpo de delicto económico está aí em resumo.

E todos os males vieram acabar naturalmente em devastação demográfica. A população de Portugal era de 5.960.050 habitantes em 1911. Pela progressão anterior deveria ser hoje de 6.500.000 pelo menos. É provável que já não chegue aos 6.000.000. Diminuiu pela emigração excessiva dos primeiros anos da década precedente e pela mortalidade superior à natalidade desde 1918. As estatísticas já o mostraram quanto a esse ano. Depois o dirão quanto a 1919, 1920 e 1921. Se a fúria das epidemias abrandou, a dos flagelos económicos foi crescendo implacavelmente. O censo de Lisboa já esclareceu que a cidade, abandonada a si, teria em 1920 menos indivíduos do que em 1911. Para ter mais, vieram da província talvez cerca de 55.000, com todas as consequências do novo urbanismo, pior do que o antigo.

Olhando para a situação em conjunto, qual foi a mina económica nacional? Esta é mais difícil de calcular do que a do Tesouro.

A nossa riqueza total podia avaliar-se em contos 3.200.000 ao começar a guerra. Achar-se-há hoje reduzida a menos de metade, tomando por medida a moeda daquela data?

Destruíram-se ou desbastaram-se, de várias maneiras, enormes capitais antigos do Estado, das corporações administrativas, das sociedades comerciais e das particulares, sem a reparação correspondente, às vezes impossível, como nos consumos de florestas, que só os anos podem restaurar. Acresceu também a perda de perto de 90.000 contos, ouro, pela nova dívida externa. A soma de todos estes valores, ao câmbio de 1914, deve ser verdadeiramente colossal, num país pequeno, que era já praticamente pobre. Com os ágios de agora esse prejuízo representaria alguns milhões de contos.

Mas onde iria ter o cálculo se nête metessemos também a perda constituída pelas desorganizações do capital e do trabalho, pelas tendências absorventes da especulação e da agiotagem e pelo decréscimo contínuo da actividade rural? E quanto pesa aí também o facto de terem muitos portugueses transferido para o estrangeiro as suas fortunas ou parte delas? Esta expatriação de capitais deve ter-se aproximado de 100.000 contos ouro pelo menos. Alguns dizem 200.000 contos desde 1910!

Mas a situação ainda aparece mais desastrosa quando se considera a propensão para se agravarem as causas que a determinaram. Nem ela vem só de uma governação cada vez mais ruínosa, por força das engrenagens actuais. Vem talvez mais de

uma especulação louca e exaustiva, nas classes em geral, conjugada com a já aludida decadência da produção agrícola.

Desde 1916 para cá multiplicaram-se anormalmente as sociedades comerciais, grandes, medianas e pequenas, para o exercício do comércio e da indústria. Este movimento ainda continúa em elevado grau, como todos os dias se vê no *Diário do Governo*. Uma parte considerável dos lucros excessivos d'este período de espoliação nacional foram e vão para aí.

E porque é tudo isto assim? Pelo furor da especulação, julgada o melhor meio de vida, sejam quais forem as boas excepções que se devam resalvar.

Dêsse facto e de outros não derivou também sómente o excesso das operações em relação às mercadorias existentes e o encarecimento cada vez maior destas, num regime novo em que diminuem sempre as quantidades e crescem os valores. Veio o esgotamento progressivo dos recursos dos consumidores. Veio porfim a própria super-produção industrial num país que apenas pode ser bem caracterizadamente agrícola! Os *stocks* amontoam-se nas fábricas e nos armazens, apesar de terem aquelas já restringido a laboração. Nunca estiveram tantos produtos fabris segurados nas companhias de seguros como desde o verão passado.

Mas ao mesmo tempo que sucedia isto, via-se diminuir cada vez mais a exploração rural do país. As sementeiras de Castelo Branco para baixo veem decaindo pavorosamente. Aumenta por isso mesmo e por outras causas a importação de trigo e de outras substâncias alimentícias, enquanto se pode obter ouro para tais compras, a custa de quedas cambiais no abismo.

Chegamos assim ao caso mais monstruoso da economia nacional. Se a nossa lavoura produzisse mais 300.000 contos de cereais e de outros alimentos e de matérias primas fundamentais, tudo seria comprado cá dentro, sem receio de super-abundância. O mercado estava e está garantido, com a circunstância de que tudo o mais se animaria. No entanto, nem o Estado, nem a agricultura, nem as outras classes capitalistas querem fazer essa justa, necessária e segura exploração da terra! O que a loucura nacional quere, e cada vez mais, é a especulação com mercadorias cada vez mais limitadas, e até a produção de artigos industriais excessivos para a nossa pobreza crescente, com protecctionismos alfandegários que favoreçam estes monopólios para extermínio da população!

A desordem que isto põe diante do espirito reflexivo é ainda pior do que a do Tesouro público e a da circulação fiduciária e a dos câmbios, em-

bora se prenda com elas e com outras. Um dos maiores pontos de ataque está aí, quando apareça um governo que saiba, queira e possa endireitar a vida nacional.

De Julho de 1914 para cá o Estado reuniu perto de 2.000.000 contos pelos impostos, rendimentos diversos e créditos para as suas despesas. Os estabelecimentos bancários tiveram em função progressiva centenas de milhares de contos por ano — cerca de 500.000 contos no fim. A agricultura, a indústria e o comércio tiveram e têm nas suas mãos recursos ainda muito superiores. Todos juntos, em vez de fazerem a felicidade nacional, com os seus instrumentos de riqueza, fizeram a ruína, a desordem e a desgraça desta pátria em perigo. Tal è a verdade lúgubre.

Como se há de obrigar todos êles ao arrependimento, à reparação e ao cumprimento dos seus destinos? Eis o problema terrível, porque as multidões em todas as classes atiraram-se de cabeça para o abismo.

Sómente homens bem preparados e com apoios extraordinários poderão fazer aí a transformação indispensável, operando fora de todas as engrenagens de ignorâncias, de vícios e de crimes, que se

estabeleceram neste país, onde predominam os instintos contrários à solidariedade de uma pátria.

Essa governação poderosa tem certamente de aplicar múltiplas soluções de reconstrução nacional. Mas será forçada a guiar-se por três lemas preponderantes. Um é o corte inevitável de algumas centenas de milhares de contos nas despesas actuais, deslocando-se uma grande parte do funcionalismo civil e militar para a actividade económica. Outro é o desenvolvimento das receitas pelos impostos e pelas explorações do Estado, tomando-se como base a justa reabsorção de uma elevada percentagem das fortunas feitas em espoliação do Tesouro e do país. O terceiro é a conquista rápida de uma produção agrícola na metrópole e nas colónias, que nos garanta quasi todas as subsistências e matérias primas necessárias, pelo emprêgo de uma nova técnica e de algumas centenas de milhares de contos de créditos sábiamente distribuídos.

Ou se faz isto que hoje as classes não querem, ou dentro de poucos anos Portugal terá apenas 5.000.000 habitantes. E nesses mesmos será maior o número de loucos, de miseráveis, de empalmados e de revolucionários.

QUIRINO DE JESUS.